



Demonstrações Contábeis

**Informações Suplementares da
Gestão Assistencial**

2025

Índice

Demonstrações Contábeis	
Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional	7
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis	12
3. Políticas Contábeis	12
4. Aplicações Financeiras	15
5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	16
6. Créditos Tributários e Previdenciários	17
7. Bens e Títulos a Receber	17
8. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	18
9. Débitos de Operações de Assistência à Saúde	19
10. Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19
11. Débitos Diversos	19
12. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	20
13. Patrimônio Social	22
14. Demonstração do Patrimônio Mínimo Ajustado e Capital Baseado em Risco	22
15. Receitas com Operações de Assistência à Saúde	23
16. Eventos Conhecidos ou Avisados	23
17. Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	25
18. Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	25
19. Despesas Administrativas	25
20. Transações com partes relacionadas	26
21. Instrumentos Financeiros Ativos	26
22. Instrumentos Financeiros Derivativos	26
23. Teste de Adequação do Passivo - TAP	27
24. Gerenciamento de Riscos	27
25. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Inf. Suplementares da Gestão Assistencial	28
26. Eventos subsequentes	28

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		<u>550.377</u>	<u>497.743</u>	PASSIVO CIRCULANTE		<u>37.335</u>	<u>38.787</u>
Disponível		5.004	59	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	<u>27.747</u>	<u>27.607</u>
Realizável		<u>545.373</u>	<u>497.684</u>	Provisões de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		1.927	2.120
Aplicações Financeiras	4	<u>516.281</u>	<u>484.277</u>	Provisões de Insuficiência de Prêmios		4.202	1.653
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		38.513	44.019	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		211	240
Aplicações Livres		477.768	440.258	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		17.270	20.140
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	<u>26.590</u>	<u>11.120</u>	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)		4.137	3.454
Contraprestação Pecuniária a Receber	5.1	1.262	1.141	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	9	<u>5.434</u>	<u>7.275</u>
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	5.2	8.397	7.047	Tributos e Encargos Sociais a recolher	10	<u>827</u>	<u>718</u>
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	5.3	16.931	2.932	Débitos Diversos	11	<u>3.327</u>	<u>3.187</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	6	<u>2.232</u>	<u>2.287</u>	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>275.788</u>	<u>252.914</u>
Bens e Títulos a Receber	7	<u>270</u>	-	Provisões para Ações Judiciais	12	275.788	252.914
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>106.316</u>	<u>101.466</u>				
Realizável a Longo Prazo		<u>106.316</u>	<u>101.466</u>	PATRIMÔNIO SOCIAL	13	<u>343.570</u>	<u>307.508</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	6	4	4	Superávits/Deficits Acumulados ou Resultado		343.570	307.508
Depósitos Judiciais e Fiscais	12.4	106.312	101.462				
TOTAL DO ATIVO		656.693	599.209	TOTAL DO PASSIVO		656.693	599.209

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Hélio Augusto Mazza
Atuário

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	2025	2024
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		144.457	113.163
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	15	148.693	131.303
Contraprestações Líquidas		151.109	123.863
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(2.416)	7.440
(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.236)	(18.140)
Eventos Indenizáveis Líquidos	16	(130.038)	(110.405)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(129.222)	(110.289)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(816)	(116)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		14.419	2.758
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	17	-	343.875
Outras Receitas Operacionais		-	343.875
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	18	(22.690)	(87.769)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(19.315)	(84.757)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(3.375)	(3.012)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora		-	-
RESULTADO BRUTO		(8.271)	258.864
Despesas Administrativas	19	(27.730)	(27.395)
Resultado Financeiro Líquido		72.063	24.429
Receitas Financeiras		76.167	28.215
Despesas Financeiras		(4.104)	(3.786)
Resultado Patrimonial		-	-
Resultado com Seguro e Resseguro		-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		36.062	255.898
RESULTADO LÍQUIDO		36.062	255.898

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Hélio Augusto Mazza
 Atuário

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERAVIT	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	51.610	-	51.610
Superávit do Exercício	255.898	-	255.898
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	307.508	-	307.508
Superávit do Exercício	36.062	-	36.062
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	343.570	-	343.570

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
PresidenteMauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e RelacionamentoHélio Augusto Mazza
AtuárioFlávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e PrevidênciaTadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
Resultado Líquido	36.062	255.898
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Resultado abrangente total	36.062	255.898

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
PresidenteMauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e RelacionamentoHélio Augusto Mazza
AtuárioFlávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e PrevidênciaTadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	418.767	394.925
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	369.026	448.774
(+) Outros Recebimentos Operacionais	-	342.402
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(415.398)	(377.567)
(-) Pagamentos de Pessoal	(12.968)	(13.270)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(226)	(217)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(10.110)	(9.615)
(-) Pagamentos de Tributos	(12.463)	(26.233)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(691)	(3.368)
(-) Aplicações Financeiras	(329.340)	(755.831)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(1.652)	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	4.945	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.945	-
Caixa - Saldo Inicial	59	59
Caixa - Saldo Final	5.004	59
Ativos Livres no Início do Exercício	440.317	111.550
Ativos Livres no Final do Exercício	482.772	440.317
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	42.455	328.767

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Hélio Augusto Mazza
 Atuário

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS sob o nº 34.261-1, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O Economus opera planos de saúde regulados pela ANS, na modalidade de autogestão, com a finalidade de prover assistência à saúde aos empregados oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A. (planos Básico, PAMC, Plus e Plus II), aos empregados do Economus (plano EcoSaúde III) e aos participantes dos planos previdenciais Regulamento Geral, Regulamento Complementar nº 1 e PrevMais (planos Feas Básico, Feas PAMC, Novo Feas e Economus Futuro), bem como, aos respectivos dependentes e pensionistas.

O Economus oferece também, por meio do plano Economus Família, assistência à saúde aos dependentes não preferenciais dos participantes ativos e assistidos dos planos previdenciais do Economus, bem como para os funcionários em Licença por Interesse Particular e aos empregados do Banco do Brasil S.A. oriundos do Banco Nossa Caixa S.A., sem vínculo previdenciário com o Economus, após o desligamento do patrocinador.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração da Entidade.

a) Planos de Saúde vinculados ao Fundo FEAS

Os planos de saúde Feas PAMC, Feas Básico e Novo Feas (conjuntamente, “Planos Feas”) são vinculados ao Fundo Economus de Assistência Social – FEAS e operam sob modelo de custeio com formação de preço pós-estabelecido e revisões trimestrais dos percentuais de contribuição, visando a preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

O modelo de custeio, com contribuições calculadas em percentual sobre benefícios previdenciários, aliado ao perfil etário elevado dos beneficiários e à existência de decisões judiciais que impedem a cobrança de contribuições de parte dos assistidos, gerou assimetrias entre arrecadação e despesas assistenciais. Nesse contexto, os recursos do Fundo FEAS são utilizados para assegurar o equilíbrio financeiro dos Planos Feas.

Em 2025, as despesas totais dos planos de saúde vinculados ao Fundo FEAS somaram R\$ 104.416. O custeio dessas despesas se deu da seguinte forma: R\$ 31.840, com recursos recebidos dos beneficiários, a título de contribuições e coparticipações; R\$ 22.943, provenientes do Banco do Brasil, em razão dos convênios, onde o Banco se comprometeu a custear 50% das despesas totais dos beneficiários abrangidos pelas ações judiciais que mantiveram as condições originais dos planos Feas PAMC e Feas Básico; e R\$ 49.633, com recursos do Fundo FEAS.

O patrimônio líquido do Fundo FEAS totalizou R\$ 242.840 em 2025 (em 2024, R\$ 237.174). A Administração mantém visão estratégica de longo prazo para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira dos planos assistenciais.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

b) Cenário da Judicialização dos Planos de Saúde vinculados ao Fundo FEAS

Até 2009, os planos de saúde vinculados ao Fundo FEAS (Feas PAMC e Feas Básico) não previam contribuições mensais por parte dos beneficiários. Em fevereiro de 2010, o Conselho Deliberativo aprovou a implantação de contribuição per capita de 4,72% sobre os proventos previdenciários dos titulares e dependentes, bem como a suspensão de novas adesões, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro e preservar a continuidade assistencial. A mudança originou questionamentos judiciais, resultando em diversas ações pleiteando o restabelecimento das condições originais de custeio.

A seguir apresentaremos as informações pertinentes às ações judiciais existentes e do tratamento contábil:

i. Ações Judiciais Transitadas em Julgado com Condenação Solidária ao Banco do Brasil S.A. e ao Economus

Desde 2010, em decorrência da implantação das contribuições mensais nos planos Feas PAMC e Feas Básico, o Economus e o Banco do Brasil S.A. foram demandados judicialmente, com pedidos de manutenção das condições originais dos planos, sem cobrança de mensalidade dos beneficiários. Em diversos processos, com decisões já transitadas em julgado, ambos foram condenados solidariamente a manter o modelo de custeio anterior, inclusive com a devolução dos valores pagos pelos titulares ao longo do período.

Para garantir o cumprimento dessas decisões, em março de 2022 foi celebrado convênio entre o Economus e o Banco do Brasil S.A., prevendo o custeio, pelo Banco do Brasil, de 50% das despesas assistenciais e administrativas dos beneficiários contemplados pelas ações.

Em dezembro de 2025, são 115 decisões judiciais proferidas em ações individuais ou em grupos, com trânsito em julgado, que abrangem 1.087 beneficiários que não pagam as mensalidades dos planos Feas Básico e Feas PAMC e são custeados com recursos do Banco do Brasil S.A. (condenado solidário, 50%) e do Fundo FEAS (50%).

ii. Ações Judiciais não Transitadas em Julgado com Condenação Solidária ao Banco do Brasil S.A. e ao Economus e Ação coletiva da Associação dos Participantes Aposentados (Feas PAMC e Feas Básico)

A ação coletiva movida por Associação dos Participantes Aposentados, envolvendo os planos Feas PAMC e Feas Básico, foi ajuizada em junho de 2011, com pedido de condenação solidária do Economus e do Banco do Brasil S.A. para a manutenção das condições originais dos planos, sem cobrança de mensalidades e a devolução dos valores pagos desde 2010.

Em cumprimento à decisão judicial, foram suspensas as cobranças das mensalidades para os participantes alcançados pela medida. Adicionalmente, o Economus procedeu à constituição das provisões correspondentes aos valores passíveis de devolução, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 12.2, letra "a".

Existem ainda outras 7 ações judiciais individuais ou plúrimas, de mesma natureza e objeto, que também permanecem sem trânsito em julgado.

Em outubro de 2023, foi celebrado convênio entre o Economus e o Banco do Brasil S.A. para viabilizar o cumprimento das decisões judiciais com condenação solidária ainda não transitadas em julgado, abrangendo a ação coletiva e as ações individuais ou plúrimas. Pelo acordo, o

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Banco do Brasil S.A. assumiu 50% das despesas assistenciais e administrativas dos 687 beneficiários contemplados em dezembro de 2025.

Os processos permanecem em trâmite judicial, ainda sem trânsito em julgado.

Nos dois casos ("**i. Ações Judiciais Transitadas em Julgado**") e ("**ii. Ações Judiciais Não Transitadas em Julgado**"), o valor relativo à parcela de 50% das despesas assistenciais e administrativas que cabe ao Economus, decorrentes da obrigação de fazer de "manutenção das condições originais sem contribuições" para o público abrangido pelas decisões judiciais, é considerada no Orçamento de Custeio dos Planos Feas do Exercício do Economus. Os outros 50%, são custeados mensalmente pelo Banco do Brasil S.A., conforme definido nos convênios firmados em março de 2022 e outubro de 2023, por meio dos quais o Banco assumiu a responsabilidade pelo pagamento dessa proporção das despesas assistenciais e administrativas desse grupo de beneficiários.

Em 2025, o valor realizado para a parcela de 50% de responsabilidade do Economus foi de R\$ 10.680, frente a um valor estimado de R\$ 16.153, referente ao custeio das despesas assistenciais e administrativas dos beneficiários das Ações Judiciais Transitadas em Julgado. Para 2026, estima-se o montante de R\$ 14.520 para essa mesma parcela.

Para o custeio das despesas assistenciais e administrativas das Ações Judiciais sem Trânsito em Julgado, incluindo a ação coletiva da Associação dos Participantes Aposentados, em 2025 o valor realizado para a parcela de 50% de responsabilidade do Economus foi de R\$ 8.548, frente a um valor estimado de R\$ 10.392. Para 2026, a estimativa para essa parcela é de R\$ 9.177, sendo prevista a utilização de recursos do Fundo FEAS para o custeio de ambas as naturezas.

iii. Tratamento contábil das Ações Judiciais que determinam a manutenção das condições originais (Planos Feas PAMC e Feas Básico)

No que diz respeito às sentenças judiciais que determinaram a manutenção das condições originais dos planos Feas Básico e Feas PAMC, a Diretoria Executiva, considerando a condição do Economus como operadora de saúde como autogestão, assim como as características dos planos Feas, entende como essencial continuar apresentando, de forma clara aos beneficiários, a estimativa de reserva para cobrir as despesas futuras desse grupo isento de contraprestações, ainda que os estudos atuariais demonstrem capacidade de absorção do custeio pelo Fundo Administrativo Assistencial.

Vale ressaltar que foi observado o prazo limite adotado pela ANS, sendo de 8 anos em relação ao Teste de Adequação ao Passivo – TAP (não aplicável ao Economus). A título de simulação foram também realizados cálculos atuariais para o período de 3 anos e a projeção para "Vida Toda".

Para calcular essa reserva, foram utilizadas as seguintes premissas:

- **Base de dados:** Os custos assistenciais entre janeiro de 2018 e agosto de 2025;
- **Carteira de Beneficiários:** 1.779 beneficiários, com idade média de 74,3 anos;
- **Tábuas de Serviço / Mortalidade:** BR-EMSsb-v.2021 MF;
- **Taxa de Agravamento dos Sinistros:** As taxas a serem utilizadas nos modelos prospectivos foram definidas como líquido de IPCA e diferenciadas por sexo;
- **Taxa de Juros** real anual de $i = 7,398993\%$;

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Sexo	Agravamento dos Sinistros		
	Otimista	Neutro	Conservador
Masculino	4,1361%	4,7545%	5,3730%
Feminino	1,9166%	2,0361%	2,1556%

Com base nessas premissas, o quadro a seguir apresenta o resultado do cálculo da reserva para o grupo de beneficiários, considerando o cenário NEUTRO de agravamento dos sinistros e com uma confiabilidade de 95%:

	Teste de Adequação ao Passivo – TAP	Simulação	
	8 anos	Vida Completa	3 anos
RMIP em dezembro de 2025	336.339	644.531	139.858
Proporção Solidária do Economus (50%)	168.169	322.266	69.929

A parcela correspondente à proporção solidária de 50% atribuída ao Economus vem sendo suportada mediante a utilização dos recursos disponíveis do Fundo FEAS, cujo patrimônio líquido totalizou R\$ 242.840 em dezembro de 2025.

Vale ressaltar que, devido a classificação como operadora de autogestão, em eventual decisão do Economus pelo encerramento das atividades relacionadas à operadora de saúde em razão do impacto do esgotamento de recursos do Fundo FEAS, com o necessário cancelamento do registro da operadora/plano ou por meio do PEA – Programa Especial de Escalada Adequada (RN 530/2022), o Instituto poderá decretar (i) a vedação legal de operar planos de saúde, (ii) a impossibilidade de cumprir a obrigação pela ocorrência de fato superveniente (encerramento das atividades), (iii) a exceção de ruína e (iv) que o Banco do Brasil S.A. foi condenado solidariamente na obrigação de manutenção das condições originárias aos beneficiários.

c) Encerramento do Plano de Saúde Novo Feas

O Conselho Deliberativo aprovou o encerramento do Plano Novo Feas em 08/04/2022, com divulgação prévia e oferta de migração para o Plano Economus Futuro, de adesão voluntária e sem carência, visando modelo de custeio sustentável. Contudo, decisões judiciais liminares proferidas em ações coletivas suspenderam o encerramento do plano e impediram a aplicação dos ajustes necessários ao reequilíbrio econômico-financeiro, sem indicação da fonte de custeio para a continuidade operacional.

Como resultado, o plano Novo Feas permanece deficitário quando considerado apenas o resultado operacional (receitas oriundas de contraprestações/coparticipações deduzidas das despesas assistenciais) e com limitações de arrecadação, incluindo a manutenção compulsória do percentual de contribuição congelado em 22,5% para parcela significativa dos beneficiários.

Em dezembro de 2025, o Plano Novo Feas atendia 935 beneficiários, dos quais 767 (82%) estavam abrangidos por decisões judiciais que impedem a revisão das contribuições. Nesse contexto, o plano deixou de arrecadar no ano um total estimado de R\$ 11.578.

O processo judicial segue em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Economus mantém medidas administrativas e jurídicas visando a recomposição de equilíbrio do Plano

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Novo Feas e a definição da responsabilidade de custeio.

d) Beneficiários

O Economus possui em 31 de dezembro de 2025, 24.306 vidas assistidas (25.762 vidas em 2024) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2025	População 2024	Principais Características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	36	40	Contratação: Coletivo por Adesão; Anterior a Lei 9.656/98; Produto com formação de preço pós estabelecido; Empregados ativos, aposentados dos Grupo B (Regulamento Complementar nº 1), Grupo A (Regulamento Complementar nº 2), Grupo C (Regulamento Geral) e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	254	266	Contratação: Coletivo por Adesão; Anterior a Lei 9.656/98; Produto com formação de preço pós estabelecido; Empregados ativos, aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes, residentes na interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil Autossustentável	6.433 6	6.851 5	Contratação: Coletivo Empresarial; Produto com formação de preço pós estabelecido; Empregados ativos (admitidos até 31.12.2000), aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes preferenciais (para o grupo "A", até 24 anos, se universitário); Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil	12.372	12.575	Contratação: Coletivo Empresarial; Produto com formação de preço pós estabelecido; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados e pensionistas do grupo C e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Feas Básico ANS nº 400.595/98-3	Feas	245	250	Contratação: Coletivo por Adesão; Anterior a Lei 9.656/98; Produto com formação de preço pós estabelecido; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Feas PAMC ANS nº 400.596/98-1	Feas	1.663	1.707	Contratação: Coletivo por Adesão; Anterior a Lei 9.656/98; Produto com formação de preço pós estabelecido; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	935	1.260	Contratação: Coletivo por Adesão; Produto com formação de preço pós estabelecido; Participantes aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus, futuros aposentados desde que inscritos como participantes, previdenciário e assistencial e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde III ANS nº 469.920/13-3	Economus	256	282	Contratação: Coletivo Empresarial; Produto com formação de preço pós estabelecido; Empregados ativos do Economus, ex-empregados aposentados por invalidez e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	1.524	1.748	Contratação: Coletivo por Adesão; Produto com formação de preço pré estabelecido; Os participantes e assistidos dos planos previdenciários administrados pelo Economus e familiares consanguíneos ou afins até 3º grau; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Economus Futuro ANS nº 487.608/20-3	Autossustentável	582	778	Contratação: Coletivo por Adesão; Produto com formação de preço pós estabelecido; Aposentados e pensionistas dos grupos B, C, PrevMais e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS no Brasil, em especial as Resoluções Normativas (RN) nº 518/2022, 521/2022, 528/2022 e 569/2022 e 574/2023, e alterações posteriores, com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionadas pela ANS, com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a Interpretação Técnica Geral - ITG-2002 (R1), bem como as disposições contidas no Estatuto Social do Econumus.

3. Políticas Contábeis

3.1. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações esperadas, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

3.2. Disponível e equivalentes de caixa

O Disponível inclui o Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em caixa, em conta corrente, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são realizadas de acordo com a política de investimentos aprovada pela administração do Econumus, que busca otimizar rentabilidade e liquidez dos recursos, dentro de limites de riscos preestabelecidos (nota explicativa nº 4).

Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado e apurados pelas quotas de fundos de investimentos, informadas pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

a) Determinação de valor justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos são classificados como “Ativos Financeiros mantidos para Negociação” que se baseiam na seguinte hierarquia, de acordo com o CPC 40 (R1):

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b) Ativos vinculados a Provisões Técnicas

O Economus mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue a Resolução Normativa nº 521/2022 e pela Resolução CMN nº 4.993/2022 (nota explicativa nº 8).

3.4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas (nota explicativa nº 5).

3.5. Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

3.6. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 574/2023, da ANS, e alterações posteriores (nota explicativa nº 8).

(I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco ainda não incorridos no mês de competência;

(II) Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio (PIC), calculada com base em metodologia atuarial própria, conforme facultado na RN nº 574/2023, da ANS.

(III) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora e ainda não pagas. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS);

(IV) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS;

(V) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS (PEONA SUS), calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS.

3.7. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As Provisões e Passivos Contingentes para Ações Judiciais são constituídas para situações de risco de futuros desembolsos financeiros, na forma do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mensuradas com base em estimativas dos valores das obrigações (nota explicativa nº 12).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências seguras que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela possibilidade do recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados segundo os critérios determinados pelo Tribunal

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

onde tramita o processo judicial. Nas reclamações trabalhistas a atualização ocorre pela taxa de poupança e nas ações tributárias, que tramitam perante a Justiça Federal, o indexador adotado é a Selic.

3.8. Provisão para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

É constituída para fazer face às possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Feas Básico, Feas PAMC, Novo Feas, EcoSaúde III, Economus Família e Economus Futuro. A referida provisão é constituída em conformidade com a Resolução Normativa nº 528/2022, da ANS, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (notas explicativas nº 5.1 e 5.2).

3.9. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa RFB nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e à Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. Porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade da incidência de tais contribuições sobre suas atividades, e deposita judicialmente as parcelas mensais vincendas das referidas contribuições desde o ingresso da ação.

3.10. Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3.11. Estimativas Contábeis

Estimativa contábil é uma previsão quanto às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos de transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período, considerando as melhores evidências possíveis disponíveis à administração para mensuração dos valores, quando não existe forma precisa de apuração. As estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetadas por fatores objetivos e subjetivos das atividades operacionais desempenhadas pelo Economus. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente.

As principais estimativas são:

- Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC;
- Provisões Técnicas;
- Provisões para Ações Judiciais;

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Moeda Funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera.

São apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

3.13. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período reportado são ajustados nas demonstrações contábeis, enquanto os eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período reportado, quando significativos, são divulgados na forma do CPC 24 – Evento Subsequente.

4. Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

Descrição	Composição dos Investimentos			
	2025			2024
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos Públicos	-	38.513	38.513	22.899
Letras Financeiras do Tesouro	-	38.513	38.513	22.899
Letras Financeiras do Tesouro	-	38.513	38.513	22.899
Vinculados a Provisões Técnicas	-	38.513	38.513	22.899
Fundos de Investimento	-	-	-	21.120
Renda Fixa	-	-	-	21.120
Fundo de Renda Fixa	-	-	-	21.120
Lastreados a Provisões Técnicas	-	-	-	21.120
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	-	38.513	38.513	44.019
Títulos Públicos	-	55.442	55.442	49.388
Notas do Tesouro Nacional	-	15.519	15.519	14.587
Notas do Tesouro Nacional F	-	15.519	15.519	14.587
Letras Financeiras do Tesouro	-	39.923	39.923	34.801
Letras Financeiras do Tesouro	-	39.923	39.923	34.801
Fundos de Investimento	422.326	-	422.326	390.870
Renda Fixa	421.448	-	421.448	389.403
Fundo de Renda Fixa	421.448	-	421.448	389.403
Fundos de Investimento Estruturado	878	-	878	1.467
Fundos de Participações	878	-	878	1.467
Aplicações Livres	422.326	55.442	477.768	440.258
Aplicações Financeiras	422.326	93.955	516.281	484.277

Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são registradas pelo custo de aquisição, e atualizadas pelo valor da cota divulgada pelo Administrador dos fundos.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

Descrição	Nível hierárquico	2025		2024	
		Valor em Carteira	Valor Justo	Valor em Carteira	Valor Justo
Valor justo por meio de resultado		516.281	516.281	484.277	484.277
Títulos Públicos - LFT	1	78.436	78.436	57.700	57.700
Títulos Públicos Federais - NTN	1	15.519	15.519	14.587	14.587
Fundos de Renda Fixa	2	421.448	421.448	410.523	410.523
Fundos de Investimentos Estruturados	2	878	878	1.467	1.467
Títulos mantidos até o vencimento		-	-	-	-
Total dos Ativos Financeiros		516.281	516.281	484.277	484.277

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mantidos para negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Ativo Circulante) independente do prazo de vencimento.

Fundo de Investimentos Estruturados

O Economus encerrou o exercício de 2025 com o montante de R\$ 878 (R\$ 1.467 em 2024), em Fundos de Investimento Estruturados.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2025	Rentabilidade 2025	Saldo em 2024
Plano FEAS			7.248	2.862	878	30,83%	1.467
FICFIP PATRIA SPE OP	13.328.452/0001-49	nov/12	5.700	-	-	0,00%	-
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	387	1.238	-	0,00%	-
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.161	1.624	878	30,83%	1.467
Total da carteira de Fundos de Investimentos Estruturados			7.248	2.862	878		1.467

A Taxa Interna de Retorno da Carteira de Investimentos em FIPs de 2025, foi positiva em 30,83% (negativa 0,99% em 2024). Tal carteira foi constituída até 2013, observando-se o crescimento dos ativos livres até aquele ano e suas projeções do longo prazo, apresentamos abaixo detalhamento sobre seus desempenhos em 2025:

FIP 2B Capital Brasil - CNPJ 14.596.766/0001-95 (TIR 30,83%): O Fundo encerrou o exercício de 2025 com portfólio de investimentos composto 100% por ações da companhia WDC Networks (distribuidor de tecnologia especializado, posicionado nos segmentos de internet banda-larga, e listado na B3 sob o ticker LVTC3). O resultado do Fundo no acumulado do ano foi impactado pelo desinvestimento na companhia Aramis, cujo MOIC (Múltiplo sobre o Capital Investido) foi de 3,1x, e pelo desinvestimento na companhia Leveros, com MOIC de 3,9x.

5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

5.1. Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2025	2024
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	197	102
Contraprestações a Receber Bruto	5.828	6.286
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(5.631)	(6.184)
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	1.065	1.039
Contraprestações a Receber Bruto	10.256	10.572
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(9.191)	(9.533)
Total de Contraprestação Pecuniária a Receber	1.262	1.141

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis

O saldo desse grupo de contas refere-se à coparticipação em eventos indenizáveis de assistência médico-hospitalar, conforme segue:

Descrição	2025	2024
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	8.397	7.047
Coparticipação a Receber	11.864	8.996
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(3.467)	(1.949)
Total de Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	8.397	7.047

5.3. Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2025	2024
Outros Créditos de Operações com Planos	16.931	2.932
Outros Créditos a Receber	16.931	2.932
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	16.931	2.932

Outros créditos a receber referem-se, principalmente, aos valores a receber de custeio patronal de despesas médico-hospitalares dos Planos Básico, PAMC, Plus e Plus II referente a dezembro/2025 e do repasse do Banco do Brasil S.A. para custeio de 50% das despesas médicas dos planos Feas Básico, Feas PAMC e Novo FEAS, em virtude das ações coletivas e individuais dos beneficiários, com liquidação em janeiro de 2026.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

Os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Créditos Tributários - Ativo Circulante	585	585
Imposto de Renda a Recuperar ^(a)	585	585
Outros Créditos a Receber - Ativo Circulante	1.647	1.702
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	244	244
PIS/Cofins a Recuperar ^(b)	1.403	1.458
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários - Ativo Circulante	2.232	2.287
Créditos Tributários - Ativo Não Circulante	4	4
Créditos Tributários da Corretora ^(c)	4	4
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários - Ativo Não Circulante	4	4

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02/07/2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

(b) Refere-se, principalmente, ao PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17/07/2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

(c) Com a incorporação da Economus - Administradora e Corretora de Seguros, em outubro de 2022, os valores foram classificados no Administrativo Assistencial do Economus. Referem-se a créditos tributários de IRRF, Cofins e CSLL que já possuem pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

7. Bens e Títulos a Receber

Descrição	2025	2024
Outros Créditos a Receber	270	-
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora	270	-
Total dos bens e títulos a receber	270	-

O saldo é composto por créditos junto a fornecedor, no montante de R\$ 221 mil, e por créditos decorrentes de glosas integrais de prestadores com retenção tributária, no valor de R\$ 49 mil, passíveis de compensação em pagamentos futuros. A expectativa é de liquidação integral desses valores no início de 2026.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

8. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	2025	2024
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) ^(a)	1.927	2.120
Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIC) ^(b)	4.202	1.653
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS ^(c)	211	240
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais ^(d)	17.270	20.140
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) ^(e)	4.137	3.454
Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	27.747	27.607

- (a) Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG):** provisão de receitas não ganhas aplicável ao Plano Economus Família, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido, para cumprimento do regime de competência. Varia de acordo com o volume de contraprestações recebidas e do período de cobertura do risco;
- (b) Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIC):** provisão constituída com o intuito de garantir a cobertura de eventual insuficiência das contraprestações para custear as despesas assistenciais, administrativas e de comercialização. É aplicável ao Economus Família e estabelecida conforme metodologia atuarial própria;
- (c) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para o Sistema Único de Saúde (SUS):** provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais decorrentes de atendimento de beneficiários do Economus na rede pública de saúde. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus;
- (d) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para Outros Prestadores de Serviço Assistencial:** provisão para garantia de eventos já ocorridos, avisados pelo prestador ou beneficiário e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado no momento da cobrança à Entidade;
- (e) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona):** provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados para o Economus Família, sejam eles ligados à rede credenciada ou à rede pública. Estabelecida conforme metodologia da ANS.

Ativos garantidores das provisões técnicas

Com exceção da PPCNG e da PIC, que foram dispensadas da exigência de vínculo financeiro a partir de 2024, por intermédio da Resolução Normativa nº 601/2024, da ANS, as provisões técnicas devem ser cobertas por ativos garantidores, na proporção de um para um. Desse montante, fora a parcela de eventos a liquidar com menos de 60 dias, que necessita apenas de aplicações de lastro, todo o restante deve ser coberto por aplicações vinculadas.

Abaixo, está demonstrada a suficiência de vínculo das garantias financeiras do Economus:

Descrição	2025	2024
(A) Ativos Garantidores	38.513	22.899
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	38.513	22.899
(B) Provisões Técnicas	4.308	3.663
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - superior a 60 dias	141	190
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais - superior a 60 dias	30	19
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)	4.137	3.454
(C) Sobra de Garantias Financeiras Vinculadas (A - B)	34.205	19.236

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, está demonstrada a suficiência de lastro das garantias financeiras do Economus:

Descrição	2025	2024
(D) Ativos Garantidores	-	21.120
Aplicações Lastreadas às Provisões Técnicas	-	21.120
(E) Provisões Técnicas	17.310	20.171
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - inferior a 60 dias	70	50
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais - inferior a 60 dias	17.240	20.121
(F) Sobra de Garantias Financeiras Lastreadas (D - E)	(17.310)	949
(G) Sobra de Ativos Garantidores (C + F)	16.895	20.185

9. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida ^(a)	5.357	7.255
Taxa de Administração sobre Investimentos	77	20
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	5.434	7.275

(a) Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida: consiste no montante de serviços médicos devidos a uma operadora quando presta atendimento a beneficiários de outra operadora, casos no Economus da Cassi, Cabesp e Unimed.

10. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Tributos e Contribuições	209	144
Outros – Taxa de Saúde Suplementar - TSS	209	144
Retenções de Impostos e Contribuições	618	574
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	141	149
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	46	36
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	431	389
Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher	827	718

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros e ISS a recolher.

11. Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Outros débitos a pagar	3.327	3.187
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial ^(a)	2.615	2.475
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas ^(b)	712	712
Total de Débitos Diversos	3.327	3.187

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), com liquidação em janeiro de 2026.

(b) O Economus obteve decisão favorável em ação tributária relativa à não incidência de contribuição previdenciária sobre pagamentos a cooperativas médicas. Os valores reconhecidos foram realizados por meio de levantamentos e

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

compensações com o Banco do Brasil S.A., ocorridas em exercícios anteriores, incluindo compensações em 2022 e 2023 com saldos de taxa administrativa e repasses de planos.

12. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

12.1. Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme CPC 25.

12.2 Provisões para Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias - Prováveis

O Economus realiza mensalmente a avaliação de seus riscos contingenciais. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação de perda: prováveis, possíveis ou remotas.

As obrigações legais são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis, independente da avaliação de perda, visto que uma obrigação originada em lei só pode ser tratada como perda remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, como, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

As ações judiciais classificadas como prováveis são 100% provisionadas e correspondem às incertezas que, a depender de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Operadora. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões			
	2024	Constituição/ (Reversão)	Atualização	2025
Acções Trabalhistas ^(a)	154.640	(413)	17.115	171.342
Acções da Corretora ^(b)	347	-	31	378
Acções Cíveis ^(c)	7.011	363	261	7.635
Acções Tributárias ^(d)	90.916	3.378	2.139	96.433
Total das Acções	252.914	3.328	19.546	275.788

(a) Trabalhistas: processos relativos à adesão de aposentados, manutenção das condições originalmente contratadas, reparação por danos morais, manutenção de beneficiários e participação do Banco do Brasil S.A. no custeio dos planos Feas, Novo Feas e Economus Família, cujo valor totalizou R\$ 171.342, em 2025 (R\$ 154.640, em 2024).

(b) Ações da Corretora: com a incorporação da Economus Administradora e Corretora de Seguros, os valores classificados no Administrativo Assistencial do Economus de outubro de 2022. Referem-se a um processo da Receita Federal do Brasil referente a adesão do REFIS IV de R\$ 116 (R\$ 99, em 2024) e contingência relativa a pagamento de honorários advocatícios por êxito de R\$ 262 (R\$ 248, em 2024).

(c) Cíveis: referem-se a ações judiciais cíveis, cujo pedido está relacionado a cobertura médica, pagamento de danos morais, inscrição nos planos de saúde administrados pelo Instituto, entre outros. O saldo provisionado em 2025 é de R\$ 7.635 (R\$ 7.011, em 2024).

(d) Tributárias: referem-se às discussões judiciais relacionadas à exigibilidade de tributos e discussões de autuações fiscais decorrentes de entendimentos das Autoridades Fiscais a respeito da incidência de tributos e cumprimento das obrigações acessórias:

i. PIS e Cofins de 2006: em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

a exigibilidade do PIS e da Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados a partir da data do ajuizamento. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 44.994 em 2025 (R\$ 41.617, em 2024).

- ii. **PIS e Cofins de 1996 a 2000:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de cálculo de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou em 2002 ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009.

O TRF deu provimento ao recurso de apelação da União, reformando a sentença e julgando improcedente o pedido do Instituto, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até 11/2022, ocasião em que foi revogado o sobrestamento da ação e os recursos interpostos pelo Economus encaminhados ao STJ.

Em 2024, ocorreu a readequação da responsabilidade referente ao PIS e Cofins, que visa transferir o depósito judicial e o passivo contingencial do Fundo FEAS para o PGA Previdencial (69,31%) e para o Administrativo Assistencial (30,69%), visando recompor o valor do auto de infração registrado no Fundo FEAS.

Contabilmente, está provisionado, em 2025, o valor R\$ 51.439 (R\$ 49.299, em 2024).

12.3 Passivos para Ações Cíveis e Trabalhistas - Possíveis

O Economus é parte em ações cíveis e trabalhistas, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado como possível, no montante de R\$ 1.259 (R\$ 1.349, em 2024) para as ações cíveis e R\$ 908 (R\$ 947, em 2024) para as ações trabalhistas, respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se a ações cujos objetos são: inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos; coberturas de procedimentos médicos; fornecimento de materiais; reembolsos de custos de internação; reembolso de procedimentos; manutenção de condições originárias dos planos Feas; contribuições e indenizações por danos morais.

12.4 Depósitos Judiciais e Tributários

Os depósitos judiciais e tributários do Economus estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial, determinando o levantamento destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Descrição	Depósitos Judiciais			
	2024	Constituição/ (Reversão)	Atualização	2025
Ações Trabalhistas	7.488	(374)	549	7.663
Ações Cíveis	3.201	(403)	262	3.060
Ações Tributárias	90.773	2.677	2.139	95.589
Total dos Depósitos Judiciais	101.462	1.900	2.950	106.312

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

O incremento no Patrimônio Social, observado em 2025, é atribuído ao resultado superavitário de R\$ 36.062 (em 2024, R\$ 255.898).

Descrição	2025	2024
Patrimônio Social do Exercício Anterior	307.508	51.610
Superávit Acumulado	36.062	255.898
Total do Patrimônio Social	343.570	307.508

14. Demonstração do Patrimônio Mínimo Ajustado e Capital Baseado em Risco

Patrimônio Mínimo Ajustado

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% no caso do Economus), pelo capital base de R\$ 12.328 (R\$ 11.702, em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator 'K'. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2025	2024
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	12.328	11.702
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	4.733	4.492
Capital Requerido	4.733	4.492

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao fim do exercício 2025, seu capital totalizou R\$ 343.570 (em 2024, R\$ 307.508).

Capital Baseado em Riscos

O Capital Baseado em Riscos (CBR) consiste no novo cálculo para apuração de limite mínimo exigível de Patrimônio Líquido. De acordo com o art .12 da Resolução Normativa nº 569/2022, a partir de 2024 esse capital regulatório substituiu a Margem de Solvência e tornou-se o limite a ser observado pelas autogestões. Diferente da Margem de Solvência, que observava apenas elementos do resultado operacional, o Capital Baseado em Riscos é mais amplo e compreende os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, que são:

- **Risco de Subscrição:** medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.
- **Risco de Crédito:** medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

- **Risco de Mercado:** medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.
- **Risco Legal:** medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- **Risco Operacional:** medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

Ao final do exercício de 2025, já considerada a redução, o Capital Baseado em Riscos do Economus totalizou R\$ 69.768 (em 2024, R\$ 64.468).

A seguir, demonstramos a solvência de Patrimônio Líquido do Economus, considerando o Capital Baseado em Riscos:

Descrição	2025	2024
Patrimônio Líquido	343.570	307.508
(-) Capital Regulatório	(69.768)	(64.468)
Solvência Apurada	273.802	243.040

15. Receitas com Operações de Assistência à Saúde

Descrição	2025	2024
Contribuições Líquidas ^(a)	128.825	103.540
Receitas com Administração dos Planos ^(b)	22.284	20.323
Variação das Provisões Técnicas ^(c)	(2.416)	7.440
Total das Receitas com Operações de Assistência à Saúde	148.693	131.303

(a) Valores das receitas dos beneficiários a título de contraprestações emitidas pelos planos de Assistência à Saúde preestabelecidos;

(b) São registrados os valores das receitas administrativas dos Planos Básico, PAMC, Plus, Plus II e EcoSaúde III;

(c) Contempla a variação das provisões técnicas, principalmente, por conta reversão da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC calculada a partir de 2024 por metodologia atuarial própria do Plano Economus Família.

16. Eventos Conhecidos ou Avisados

16.1. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)

Descrição	2025	2024
Eventos Indenizáveis ^(a)	426.906	406.751
Consultas	10.695	9.952
Exames	36.651	36.255
Terapias	14.523	7.826
Internações	156.198	163.683
Outros Atendimentos Ambulatoriais	128.073	111.840
Demais Despesas Assistenciais	157	3.717
Corresponsabilidade Cedida	79.469	73.031
Sistema Único de Saúde (SUS)	324	331
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	816	116
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis ^(b)	(25.133)	(30.527)
(-) Recuperação por Reembolso do Contratante ^(c)	(271.735)	(265.819)
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	130.038	110.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Eventos Indenizáveis:** registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos Plus, Plus II, PAMC, Básico, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, EcoSaúde III, Economus Família e Economus Futuro.
- (b) **Recuperação de Eventos Indenizáveis:** são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.
- (c) **Recuperação por Reembolso do Contratante:** valores das receitas dos patrocinadores e dos beneficiários a título de contraprestações emitidas pelos planos de Assistência à Saúde pós-estabelecidos.

16.2 Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar.

A Contraprestação de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar é quando o Economus contrata as operadoras Cassi, Cabesp e Unimeds em preço pós-estabelecido (pagando contraprestação apenas em função do atendimento dos beneficiários + taxa de administração) e essas operadoras firmam compromisso de corresponsabilidade com o Economus pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários em preço pós-estabelecido (atendimento dos beneficiários + taxa de administração), para viabilizar o acesso de (alguns dos) seus beneficiários à rede da Operadora.

Ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada.

Tais operações também são comumente conhecidas como reciprocidade (entre as autogestões) e contratações de risco cedido em pré ou pós. Visam a viabilizar a cobertura de assistência à saúde prevista contratualmente nos planos comercializados ou disponibilizados em contratos coletivos, em uma região a qual a operadora não possui vínculo direto com a rede. Neste caso, a operadora indica uma rede de outra operadora para atendimento aos beneficiários, de forma continuada em determinada região.

Descrição	Corresponsabilidade Cedida Pós-Estabelecido	
	2025	2024
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	3.911	3.307
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	3.911	3.307
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	75.558	69.724
Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	13.566	12.955
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	7.345	8.229
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	54.647	48.540
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	79.469	73.031

16.3. Cobertura Assist. com Preço Preestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, está demonstrado no quadro abaixo e está contida em rubrica própria no custo da atividade.

2025									2024
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	SUS	Total	Total
Rede Contratada	790	2.838	620	18.250	11.126	30	7	33.661	27.595
Reembolso	18	4	602	47	105	-	-	776	686
TOTAL	808	2.842	1.222	18.297	11.231	30	7	34.437	28.281

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2025	2024
Outras Receitas Operacionais	-	343.875
Custeio Banco do Brasil - Ação Coletiva ^(a)	-	168.737
Recomposição Patrimonial FEAS - Acordo Anapar ^(b)	-	175.138
Total de Outras Receitas Operacionais	-	343.875

(a) **Convênio com o Banco do Brasil - Ação Coletiva sem Trânsito em Julgado:** representa o valor recebido do Banco do Brasil cobrindo 50% das despesas assistenciais e administrativas do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2020.

(b) **Acordo Judicial ação da Anapar - Recomposição Patrimonial FEAS:** consiste no recebimento dos valores oriundos do Acordo judicial da Ação da Anapar em 2024 que resultou na recomposição patrimonial do Fundo FEAS, por meio de aportes do Banco do Brasil S.A. e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), contribuindo para o equilíbrio econômico-financeiro dos planos assistenciais.

18. Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2025	2024
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	19.315	84.757
Provisões Contingenciais ^(a)	18.072	83.776
Demais Despesas ^(b)	1.243	981
Provisão para Perdas Sobre Crédito	3.375	3.012
Provisão para Perdas Sobre Crédito (PPSC) ^(c)	3.375	3.012
Total de Outras Despesas Operacionais	22.690	87.769

(a) **Provisões Contingenciais:** registram as provisões contingenciais e suas respectivas atualizações. No exercício de 2024, foi reconhecida a provisão dos outros 50% da Ação Coletiva, anteriormente de responsabilidade do Banco do Brasil, que trata das cláusulas do convênio. Após o recebimento de 50% das despesas assistenciais e administrativas referentes ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2020, no montante de R\$ 161.626, a responsabilidade total da ação judicial passa a ser da Operadora.

(b) **Demais Despesas:** representam, basicamente, taxas administrativas e despesas com carteirinhas cobradas pelos prestadores com os quais o Economus mantém convênio de reciprocidade.

(c) **Provisão para Perdas Sobre Crédito (PPSC):** perfaz a provisão da inadimplência dos beneficiários junto aos respectivos planos de saúde. A PPSC é constituída nos moldes dispostos na Resolução Normativa nº 528/2022, da ANS.

19. Despesas Administrativas

A Entidade registra seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA).

De acordo com as normas publicadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde.

Descrição	2025	2024
Despesas com Pessoal Próprio ^(a)	15.763	15.889
Despesas com Serviços de Terceiros ^(b)	9.854	9.399
Despesas com Localização e Funcionamento ^(c)	1.288	1.240
Despesas com Tributos ^(d)	229	202
Despesas com Multas Administrativas ^(e)	70	150
Despesas Administrativas Diversas ^(f)	526	515
Total das Despesas Administrativas	27.730	27.395

a) **Despesas com Pessoal Próprio:** as despesas com pessoal próprio são originalmente

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos.

- b) **Despesas com Serviços de Terceiros**: são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.
- c) **Despesas com Localização e Funcionamento**: correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.
- d) **Despesas com Tributos**: referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.
- e) **Despesas com Multas Administrativas**: corresponde às despesas de multas aplicadas pela ANS ou por demais órgãos fiscalizadores.
- f) **Despesas Administrativas Diversas**: correspondem às despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

20. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

São realizadas transações bancárias com o patrocinador Banco do Brasil S.A., tais como: depósitos em conta corrente, depósitos judiciais, aplicações financeiras e serviços de cobrança. Referidas transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as do mercado.

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no exercício de 2025 somaram R\$ 1.519 (R\$ 1.639, em 2024) e R\$ 139 (R\$ 174, em 2024), respectivamente.

21. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

Aplicações financeiras: estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios findos em 2025 e 2024, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

23. Teste de Adequação do Passivo - TAP

O Economus não realizou o teste de adequação do passivo - TAP, conforme exigido pela Resolução Normativa nº 528/2022 da ANS, pois não é enquadrado como operadora de grande porte.

24. Gerenciamento de Riscos

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de Instrumentos Institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiam a tomada de decisão, contribuem para o aprimoramento dos processos e mitigam a ocorrência de possíveis desvios. Estes Instrumentos Institucionais viabilizam a implementação do gerenciamento de integridade, riscos e controles internos da gestão no âmbito do Instituto.

Na visão do Instituto, que é responsável pela administração de planos de assistência à saúde, o risco é inerente à realização de atividades complexas. Cabe ao Economus não restringir por completo a exposição a um risco, pois, isso tornaria inviável quaisquer operações, mas explorar os aspectos positivos e os negativos aos quais estamos expostos, sempre dentro dos limites legais e regulatórios, a fim de assegurar que as metas estatutárias sejam cumpridas dentro de patamares seguros para a viabilidade e sustentabilidade de seus planos.

Ainda, o Economus parte do princípio de que a tomada de risco é uma decisão colegiada e, portanto, o apetite a risco da Entidade é parte integrante de sua Gestão de Risco, que abrange todos os planos administrados pelo Instituto, respeitando suas particularidades de regulamento e composição de risco, e que é revisada e aprovada anualmente pela governança da Entidade.

O modelo de gerenciamento de riscos e controles internos do Instituto contempla todos os planos assistenciais administrados, com análises e cenários adaptados às características de cada plano. As políticas e procedimentos são disponibilizados aos colaboradores, promovendo transparência e cultura organizacional. As avaliações dos controles internos e dos riscos são realizadas periodicamente, com reporte à alta administração e acompanhamento por auditoria externa específica. O gerenciamento de riscos inclui planos de continuidade de negócios e proteção de dados pessoais, conforme legislação vigente.

Toda e qualquer tomada de decisão de riscos no Economus é amparada pelos seguintes pilares: Cultura e Governança; Estratégia e Objetivo; Performance; Avaliação e Revisão; Informação; e Comunicação e Reporte.

Soma-se ainda a estes pilares o respeito à particularidade de cada plano assistencial, os quais necessitam de análises e cenários diferentes de exposição de riscos, em função das características da composição de risco de cada plano.

Por fim, o Instituto observa as orientações da ANS, aplicando práticas mínimas de governança, com ênfase em controles internos e gestão de riscos alinhados ao seu porte e complexidade, cujo acompanhamento é feito anual por auditoria externa específica. Os procedimentos adotados são constantemente revisados e atualizados de acordo com a evolução das atividades, respeitadas as características e estruturas estabelecidas no Estatuto Social e normas internas do Economus.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

25. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 26 de fevereiro de 2026.

26. Eventos subsequentes

Até a data de assinatura das Demonstrações Contábeis, não ocorreram eventos subsequentes que pudessem impactar sua apresentação ou interpretação.

Valores expressos em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Hélio Augusto Mazza
Atuário

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

